

Militares na Política ou Política entre os Militares: um falso dilema?

Paulo Ribeiro da Cunha

Introdução

Ao tratar de tema tão complexo, e que desperta contemporaneamente tensões e paixões sobre a presença dos militares enquanto atores no processo político brasileiro, há que consideramos alguns aspectos anteriores ao período 1945 até a promulgação da constituinte em 1988, ou pouco mais, até a formação da Comissão da Verdade. Inicialmente pretendo expor numa linha de argumentação que não desconsidera de forma alguma as contribuições teóricas sobre concepção de Estado, Classe, Sociedade, Relações Cívicas e Militares, entre outras mediações ou formulações teóricas explicativas bem consistentes; muito pelo contrário, todas estão presentes nesse processo, como igualmente operamos nessa reflexão com o conceito de Conciliação, cuja determinação na história no Brasil igualmente influenciou os militares na política.

Porém, parto do princípio que de que esta mediação – a política - não esteve ausente de forma alguma internamente nas Forças Armadas e na sua história; e foi operacionalizada de várias formas externamente, até mesmo confrontando um paradigma muito exposto, a de que os militares são apolíticos ou não participam da política. Essa reflexão; porém se apresenta articulada em um segundo eixo a ser desenvolvido sobre esta polêmica questão: a Hierarquia e Disciplina. A rigor, esse pressuposto hierárquico não é característico somente de uma instituição militar, na medida que encontra fundamentos historicamente constituídos numa sociedade conservadora e hierarquizada como a brasileira desde a colonização, aspecto este que passou a ser desafiado com a emergência de movimentos de jovens oficiais e praças, e por essa razão, recolocado e valorizado institucionalmente ao longo do século XX.

Na verdade, entre os militares, o objeto maior dessa reflexão, a política teve origem e encontra fundamento ainda no pós-guerra do Paraguai no século XIX, face ao desprestígio do Exército frente a valorização da Guarda Nacional pela elite imperial, associada a constantes rumores de sua dissolução. Mas não somente. A questão da hierarquia e

disciplina esteve também associada a crises que enfraqueceram o Império como as Questões Militares, articulado em sua fase final com o famoso manifesto abolicionista que resultou em 1888 na formação do Clube Militar. A politização da caserna não passou despercebida pela elite civil imperial, e teve entre seus expoentes mais atentos e preocupados o Barão do Rio Branco. Da Europa enviou ao Visconde de Ouro Preto, último 1º ministro imperial, livros sobre disciplina militar e sua sujeição ao poder civil com objetivo que fossem traduzidos e adotados nas escolas militares. Tudo já frágil que bastou um boato sem maior consistência, que o gabinete pretendia dissolver o exército e com ele, dada a senha para o levante militar. Isso não impediu que competentes analistas como Oliveira Vianna ou José Murilo de Carvalho traduzissem aquele contexto como um ‘*acidente de percurso em nossa história*¹’; face a quartela decorrente que resultou na queda da monarquia; desconsiderando as questões acima, e mesmo o movimento republicano advindo desde 1870 em Itú.

Com a república, emergiu a luta política entre as várias facções militares, cuja presença no congresso constituinte chegou a um quarto de parlamentares, e seguramente, o início de uma contraditória intervenção na cena política brasileira. Conquanto sejam apontamentos preliminares e breves, somente demonstram a iniquidade da tese de uma ausência na política entre os militares, e mesmo a ausência de polarização ideológica entre eles, já que no período foram influenciados por mediações externas como o positivismo, cuja influência ideológica era temida, e em futuro não muito distante, o temor seria reconfigurada em outras bases, o comunismo. Alias, mesmo o positivismo sendo expoente de um pensamento conservador na Europa, foi apreendido de forma revolucionária no Brasil imperial; e não podia ser diferente, suas formulações sobre ciência eram inovadoras em um país agrário, e sua concepção de cidadania, desconhecida numa sociedade escravocrata. Essa concepção já era associada ao comunismo no Império; reconfigurada nessa linha no início da república, embora vale dizer, entre os militares já havia algumas influências socialistas. Noutra linha de expressão política e que para algumas foram ideologicamente significativas, a destacar o ‘Florianoismo’, visto por Quartim, como uma manifestação à esquerda.

Esses breves apontamentos são importantes, antes de confrontamos o paradigma relacionado à questão de um posicionamento político ou autorizado que somente possa se

¹ Ver Ocaso do Império e os Bestlizados

anunciar, ou seja, necessariamente mediado pela questão hierárquica como expressão de legitimidade. Enquanto atores diferenciados, oficiais e praças confrontaram o comando hierárquico pelo direito de manifestar politicamente, e a política relacionada aos militares na história, e igualmente, na histórica polarização direita e esquerda no século XX. Nesse sentido, é imperativo pontuar que as Forças Armadas não se constituíram historicamente como um bloco monolítico, embora também seja perceptível registrar que após 1935, houve uma tentativa – infrutífera como veremos – para que a instituição se expressasse politicamente somente por seus comandantes, e ou no limite, como um Partido Militar.

Um segundo imperativo, que se apresenta como mediação dessa problemática, é o virulento anticomunismo que procurou associar como comunistas setores que incorporavam militares legalistas, democratas, nacionalistas, e comunistas (estes para todos efeitos numericamente pequenos entre seus pares); além de associar como teses comunistas (seguramente muitos de seus militantes estavam eles à frente de muitas delas) direitos e demandas corporativas dos praças e marinheiros. Ao contrário do conhecido, a política anticomunista que encontrou uma exponencialização inaudita após o levante de 35, já seria determinante entre os militares em um período anterior àqueles acontecimentos, e teve um início quase osmótico a erupção da Revolução Russa em 1917; em que pese, este pressuposto já era operacionalizado na mesma linha desde o império. Joaquim Nabuco foi chamado de comunista por sua luta abolicionista; e mais uma vez, esse pressuposto seria recolocado na agenda política e militar nos anos da Guerra Fria, subsidiando concepções golpistas, refratárias a qualquer diálogo.

Por fim, questionável ou não, nessa linha de argumentação contemporânea sobre os militares e a política se fizeram e fazem presentes contraditoriamente nesse quesito – a hierarquia, a disciplina e anticomunismo – abortou qualquer possibilidade de diálogo democrático entre as várias facções ao longo da história republicana; e agravado pela (re)emergência de novos atores militares– praças, marinheiros e mesmo policiais - cujo epílogo contribuirá para o golpe de 1964. Além disso, esse pressuposto do comunismo não será abolido, muito pelo contrário, será realimentado ao longo da ditadura em várias ocasiões, mesmo nos últimos anos, embora com pequenos grupos em moribundas organizações da extrema direita e também no Clube Militar.

Militares e a Política, sempre na Política

Antes de iniciarmos a reflexão sobre os militares e a política no período pós 1945, e que confluirá após o interregno do período ditatorial, ao restabelecimento da democracia e aos esforços da implantação de um efetivo estado democrático e de Direito; vale indicar, mesmo que brevemente, alguns apontamentos iniciais que sustentam essa leitura desde a promulgação da república, e que, foram decisivos no processo histórico que ora apresentamos. O primeiro, é que revoltas militares aconteceram em todo período da república velha, alias a república em si é fruto de um golpe militar, mas já encontrava entre as instituições armadas um leque de influências políticas, à esquerda e a direita. Conquanto esses conceitos não fossem operacionalizados como entendemos contemporaneamente no pensamento político.

Porém o dado novo, é que os militares se apresentaram com objetivo de serem atores nacionais, com variados graus demandas, umas corporativas, outras de caráter político e ideológicas sendo eles oficiais de vários patentes, especialmente os mais jovens como os capitães e tenentes, mas também os praças, a destacar os Marinheiros e Sargentos. Este aspecto último ponto será retomado, mas veremos ao longo das muitas rebeliões de praças no Brasil, o não reconhecimento o direito de se manifestar, sempre vistas como quebra de hierarquia e disciplina. Talvez o caso mais emblemático, embora não o único, seja a Revolta da Chibata, cuja anistia votada às pressas e promulgada, foi solenemente ignorada sendo os marujos anistiados pelo congresso nacional somente na virada do século XXI. De certa forma era um diferencial que se apresentará nas anistias entre os militares ao longo do século XX, cuja dimensão terá um pressuposto de classe, mas também hierárquico, e por fim ideológico: ou seja, *a anistia entre os militares será socialmente limitada e ideologicamente norteadada.*

Todavia, as revoltas armadas também eram vistas como decorrentes da falta de profissionalização dos militares, especialmente quanto a formação dos alunos nas Escolas Militares; mas ganha fundamento essa hipótese associada a outras influências. A realocação da antiga Escola Militar na antiga Praia Vermelha para o distante Bairro do Realengo, teve por objetivo, distanciar os cadetes das influências políticas e ideológicas que gravitavam entre eles na antiga capital federal. Alias, os esforços de profissionalização não impediram

sua intervenção política; entre outras influências que merecem ser registradas. A primeira de 1906, a Revista *'Defesa Nacional'*, que expressava uma política de modernização das instituições militares associado a um projeto para a nação. Seus autores militares começaram a influenciar politicamente as Forças Armadas, auxiliadas grandemente pela insatisfação de muitos setores com o processo político que caracterizou a república velha.

A segunda influência é da Missão Militar Francesa. Enquanto doutrina, a missão marcaria o Exército nos anos 20, e sua incorporação tinha o firme propósito de profissionalizar e modernizar a instituição, além de confluir sobre esse quesito último, a disciplina dos militares. Por fim, há que somar as precárias condições operacionais que contavam as Forças Armadas, em especial a condição de seus integrantes, particularmente os praças, cujas demandas eram solenemente ignoradas. A título de exemplo, sargentos podiam ser dispensados sem nenhum direito, e nem tinham estabilidade.

As revoltas nas Forças Armadas se sucederiam em 1910, com a Chibata; dos Sargentos em 1915 e 1916, e as várias revoltas tenentistas dos anos 20, e mais ainda ao longo dos anos 30, algumas de difícil digestão ainda hoje. Um delas é emblemática na história dos militares brasileiros, a Coluna Prestes, cuja titularidade de um desses expoentes que posteriormente viria aderir ao comunismo, passaria ser ignorado, enquanto objeto de estudos nas escolas militares brasileiras. Seus demais líderes encontrariam abrigos ao longo das décadas subseqüentes em várias matizes ideológicas, especialmente no campo conservador; e anistiados, muitos reintegrariam as Forças Armadas. Mas o fato de Prestes ter aderido ao comunismo seria uma das razões de a Coluna com seu nome não ser objeto de estudo, salvo iniciativas isoladas. Nada descolado de outras mediações correlatas nos anos 50, e mesmo contemporaneamente.

A revolução de 30, cuja adjetivação encontra diferenciadas matizes teóricos, em geral bem fundamentadas, não alterou o quadro conservador em si, embora tenha aberto canais de operacionalidade para uma remodelação das instituições militares. Com ele, começou gravitar uma tendência que ganharia foros de institucionalidade enquanto concepção de política para os militares, pautado na valorização de comando e hierarquia, cuja expressão à frente foi Góes Monteiro. Sua meteórica promoção ao generalato, o levaria aos poucos implementar aquilo que viria ser conhecida como Doutrina Góes Monteiro.

Paralelamente, a situação no Brasil se agravava a partir das ilusões de um processo tido como revolucionário, mas que era sobretudo de uma modernização conservadora, e nele a emergência dos novos atores que ganhavam estatura nacional, e que pode ser bem expresso na formação da ANL – Aliança Nacional Libertadora. Mas antes, há que considerar o seguinte: os registros históricos, embora parcos, indicam que nos anos de 30-32 ocorreram mais de uma centena de revoltas entre os militares, com influências advindas de atores políticos ideologicamente antípodas, Comunistas e os Integralistas. Entretanto, não foram poucas revoltas também que aconteceram por razões corporativas, seja os baixos soldos; constantes ameaças de redução de efetivos (especialmente sensível aos praças); demandas que essas correntes políticas encontravam fermento positivo para sua atuação. Com a dissolução da ANL e a conseqüente levante de 1935, temos uma falsa polêmica: a intentona comunista articulada em Moscou. Nada distante de uma contemporânea reflexão ainda presente em setores militares².

A falsa apreensão da presença do dedo de Moscou, ou de uma tese nunca comprovada, que o levante resultou em mortes na calada da noite; não ficou isenta de conseqüências ao longo dos anos, marcando e demarcando um hiato entre as várias correntes militares, particularmente o Exército até o final século do XX. Vale dizer que, essa versão distorcida dos fatos ganharia fóruns de institucionalidade ao longo dos anos subseqüentes, particularmente no Estado Novo, e ao longo do período democrático entre 1945 e 1964, e também no pós 64, em que houve reconhecimento do levante quase como uma data nacional. De qualquer forma, o levante de 35 possibilitou ao governo criar condições política para o golpe de 1937, e resultou entre os militares, uma forte rejeição a esquerda bem como aos militares nacionalistas. Alias, alguns destes trabalhos encontrariam receptividade em setores militares conservadores, e teve sua última reimpressão, patrocinada e editada pela BIBLIEX – Biblioteca do Exército Editora.

² Recentemente, houve a retomada de edições relacionadas a 1935, e uma nessa linha a publicação de *Camaradas*, de Willian Waack, livro muito citado por ter sido elaborado com dados advindos da abertura dos arquivos soviéticos. Propiciava, segundo o autor, ‘recentes’ informações que comprovariam a tese do dedo de Moscou. Embora esses arquivos trouxessem informações de fatos que até então não tinham sido empiricamente comprovados, e reafirmava algumas hipóteses; em nenhum momento a reafirmação dessa tese foi provada; não somente pela pobreza analítica do autor, mas principalmente que as revelações não traziam novidades ou resultasse numa reelaboração da história. Essa tese sobre uma diretiva externa sempre fora alvo de vivas controvérsias na história brasileira, mas vários analistas como Marly Vianna e Paulo Sérgio Pinheiro (ou mesmo a documentação da IC – Internacional Comunista) sustentam que o movimento foi expressão de manifestação genuinamente nacional.

Nesse sentido, termos um elemento explicativo que possibilitará o entendimento da polarização no pós 1945, e mesmo até recentemente com a formação da Comissão da Verdade, advinda em grande medida desses longínquos acontecimentos. A doutrina Góes Monteiro veio ao encontro de sustentabilidade para uma nova política, procurando modificar a concepção da formação no Exército, vista como democrática por alguns intelectuais como Nelson Werneck Sodré, na medida que possibilitava uma ascensão social; e norteou uma reconfiguração da instituição para uma nova identidade, particularmente, procurando pavimentar uma cláusula de se deveria acabar com a *política no exército*, e sim estabelecer a *política do exército*, leia-se em última instância, a política seria uma exclusividade de manifestação da alta hierarquia através de seus comandantes.

Tanto é que uma das medidas mais significativas, além da reformulação curricular, e dos critérios de admissão, foi a introdução de um dispositivo pelo Estado Novo que permitia colocar na reserva oficiais suspeitos. Na realidade, essa política não se concretizou plenamente, e mesmo sua implantação não deixou de mostrar e demonstrar que uma nova forma de conflito ainda continuaria a permear politicamente e ideologicamente as instituições militares. Antes porém, vale notar um aspecto, ainda que brevemente. Se as anistias entre os militares foram socialmente limitadas, com o levante de 1935, passariam a ser também ideologicamente norteadas. Tanto é que, os militares de esquerda punidos não seriam anistiados; mas 03 anos depois, em 1938 ocorreria o pusch integralista. Seus membros seriam anistiados, reintegrados as Forças Armadas, atuando politicamente como golpistas ao longo das décadas seguintes, pressuposto não seria rompido nem nas últimas anistias.

O estopim para o golpe do Estado Novo foi o intitulado Plano Cohen, um falso dossiê sobre um suposto complô comunista, cujo autor, Olimpio Mourão Filho, um obscuro capitão de tendências integralistas, se destacaria como golpista em 1964. Evidentemente, as vicissitudes da presença dos militares na política não desapareceriam, encontraria internamente bases de sustentabilidade pelo posicionamento do comando; e seria influenciado até as vésperas da II guerra, pela considerável influência do integralismo na Marinha, bem como a influência do nazi-fascismo entre um grupo de oficiais, especialmente aqueles alocados no Estado Maior do Exército. Não foram as únicas influências, já que essa reflexão sobre os militares de direita, encontra seu antípoda nos muitos oficiais brasileiros

de esquerda que foram lutar na Guerra Civil Espanhola, uns retornando ao Brasil na clandestinidade; outros com anistia de 1945.

O quadro político começou a se alterar com a II Guerra, a partir do momento que o governo começou a se inclinar para um posicionamento a favor dos aliados, e setores militares a se posicionar a favor da restauração da democracia, a exemplo do General Manuel Rabello, bem como a pressão popular a favor do envio de tropas brasileiras ao cenário europeu. Essa oxigenação política interna já antevia que Estado Novo tinha seus dias contados. A formação da FEB, muito mais que uma divisão de combate, expressou contradições dos militares e a política. Sua constituição foi um desafio, mas refletiu os limites operacionais do Exército, tendo que incorporar meteoricamente a doutrina americana; além das dificuldades na constituição de um efetivo divisionário como força de combate. Tanto é que, esses problemas gradualmente levaram o Alto Comando a aceitar oficiais comunistas anteriormente punidos pelo levante de 35 como voluntários; até pelo fato altamente constrangedor de muitos oficiais de carreira conseguirem dispensa para ir à guerra.

A abertura do filtro para somar voluntários na Feb somente não contemplou os militares brasileiros que atuaram na guerra civil espanhola, todos recusados. Essa presença nos campos de batalha, no entanto, foi politicamente significativa, e valorizou setores militares democráticos em um momento que a polarização ideológica entre esquerda e direita ficou subsumida ao combate ao nazismo, inclusive expressa, adesão de um enorme contingente de oficiais que subscreveram um manifesto à favor da anistia e da redemocratização intitulado *Feb: Símbolo da União Nacional*.

Tanto é que, após a derrota do nazifascismo, os militares encastelados em setores das Forças Armadas, especialmente no Estado Maior do Exército demonstraram uma crescente preocupação com o retorno da FEB, sendo a divisão desmobilizada ainda na Itália; em que pese, sua existência influenciou um ideário democrático, de esquerda, e à esquerda entre os militares. Vargas, antes de ser deposto, concede anistia parcial que permitiu a libertação de centenas de presos políticos, e a reintegração dos militares integralistas às Forças Armadas, embora não acontecesse o mesmo com os militares de esquerda. A anistia também libertou Luiz Carlos Prestes; e com ele, retornaram muitos militares comunistas na condição de heróis; bem como estava em alta o prestígio da URSS e do socialismo. A luta política que se

seguiu os envolveu diretamente, tanto é que, no debate sobre a redemocratização, a Constituinte com Getúlio ganhou foros de legitimidade entre antigos adversários, não prosperando em razão do golpe que o depôs.

A democratização de 1945 e os militares ainda na Política

Antes de quaisquer apontamentos ulteriores, vale registrar que o período entre 1945 – 1964 é caracterizado por um alto grau de politização nas Forças Armadas, alias, o primeiro presidente foi o General Dutra que disputou com o Brigadeiro Eduardo Gomes, e todas as eleições subseqüentes tiveram ao menos um militar no pleito. Uma vez mais, concorreu Eduardo Gomes, noutra Juarez Távora, e somente houve um do campo nacionalista e democrático, o Marechal Lott. Portanto, e quaisquer que fosse a amplitude do campo democrático, pairava no ar a *Espada de Dâmocles*. Confluindo para essa politização, houve intenso debate no Clube Militar sobre causas nacionais; ou mesmo ações em defesa da democracia. Militares e civis atuaram pela deposição de Getúlio Vargas, mas o calendário eleitoral não foi abortado, sendo eleições realizadas 03 meses depois de sua queda.

Chama somente atenção, que o movimento de tropas que pós-fim ao Estado Novo, seria capitaneado por oficiais com a intenção de fechar o regime, mas cujas tropas – a exemplo da operação Walquiria – atuaram na suposição de estar defendendo o governo. Não havia, contudo, condições para um retrocesso político. Realizadas as eleições, dezenas de candidatos nacionalistas, de esquerda concorreram às eleições, e o Partido Comunista elegeu um terço de sua bancada ao Parlamento com deputados de origem militar, sendo Prestes o senador mais votado da história do RJ.

O período democrático que teve início em 1945 e finalizado em 1964, possibilitou aos militares uma presença política em um universo extremamente polarizado, e mesmo que inseridos em uma democracia emergente, esta não demoraria a expressar suas limitações, especialmente quanto militância dos nacionalistas e militares de esquerda. Vale lembrar que, o golpismo que resultaria em 1964, teve iniciativas pela direita militar em várias ocasiões desse curto interregno democrático, muitas delas articuladas com grupos civis. Variáveis internacionais também não demorariam a influenciar o quadro político interno, em que pese, sua força tenha sido exponencializada em muitas ocasiões, e a atores e autores que

(re)emergiam entre os militares se fizeram presentes desde a proclamação da república. Evidentemente, além do componente ideológico que permeou grupos e facções, havia entre eles, a inconclusiva questão dos praças e marinheiros desde o início da república. Mas vamos por partes.

A constituinte de 1946 trouxe uma reflexão interessante sobre o papel dos militares na constituição liberal, e mais ainda, pelos poucos dados disponíveis, os militares de esquerda atuaram e a subscreveram, se posicionando de forma muito cautelosa. Um levantamento preliminar das propostas apresentadas pela bancada do PCB, demonstra que os deputados militares comunistas pouco influenciaram nesse quesito, melhor dizendo, se acautelaram já que não há intervenções de propostas relacionadas às Forças Armadas como em outras áreas. Seguramente, as lições de 35 estavam muito presentes.

Os ventos da Guerra Fria não tardariam a se apresentar conflituosamente no Brasil, e pouco depois de promulgada a constituição liberal de 1946, uma sutil provocação a Luiz Carlos Prestes então senador; bem como uma interpretação semântica de um artigo da constituição, levou a cassação do registro do Partido Comunista; seguido um ano depois do mandato de seus parlamentares. O quadro internacional é agravado pela vitoriosa revolução chinesa, e internamente, a polarização ideológica advinda da guerra fria levaram os militares a um cenário bipolar que via fundamentalmente duas tendências: nacionalistas e entreguistas. Evidente, ambas as esferas compunham de grupos e facções, muitas delas adversárias umas das outras em cada um desses guarda chuvas, mas que naquele contexto, encontrariam poucas pontes de diálogo. Um diálogo que não se referia somente ao grupo nacionalista e comunista e suas respectivas agremiações civis. Muitos jornais debateram essas questões, e não foram poucos os periódicos do PCB específicos dirigidos aos Forças Armadas; ao mesmo tempo que a UDN – União democrática Nacional, igualmente capitalizava setores militares, articulando e dialogando através da Cruzada democrática, cuja identidade com a agremiação levou a mesma recebesse a alcunha UDN Militar.

Um ponto interessante que pretendo expor, é que a defesa da legalidade democrática seria pautado em grande medida pela corrente nacionalista e de esquerda bem como pelos oficiais comunistas nas Forças Armadas, mesmo estando o PCB atuando numa linha diametralmente oposta ao do assalto ao poder. Retornando ao argumento anterior, se o levante de 1935 foi decisivo para romper uma possibilidade de diálogo entre as correntes de

esquerda e de direita entre os militares; as lições foram bem apreendidas pelos militares comunistas, em que pese, houvesse um radicalismo maior entre os praças e marinheiro, como veremos.

Um fórum de debates e disputas políticas no período, tornou-se o lócus de enfrentamento entre várias facções políticas e ideológicas, o Clube Militar. Entre eles, 02 acontecimentos iriam polarizar de sobremaneira a política, e refletiram significativamente no debate subsequente até o golpe de 1964. Uma chapa nacionalista ganharia as eleições, capitaneada por 02 expoentes históricos das lutas anteriores, e que refletia um projeto para o Brasil antípoda ao grupo concorrente. Como presidente, o General Estilac Leal, que viria ser posteriormente Ministro da Guerra de Getúlio Vargas, mas cujo passado o identificava fortemente com o movimento tenentista de esquerda, tendo ele participado da fase inicial da revolução paulista, que depois resultaria na Coluna Prestes; e como vice o General Horta Barbosa, militar que se destacaria na corrente nacionalista pela defesa intransigente do monopólio estatal do Petróleo. Quanto aos demais membros, havia uma maioria de militares identificados com o PCB, porém pautando sua leitura e intervenção na linha nacionalista.

A Campanha do Petróleo, no entanto, ganharia o parlamento, as ruas e a corporação militar, sendo naquela ocasião, *leit mov* de todo um processo, refletindo interesses internos e externos, embora o estopim de um conflito maior entre os militares veio a ser a Guerra da Coreia. O cenário naquela ocasião indicava a possibilidade de uma guerra mundial, desta feita com a utilização de armas nucleares, e nele, haver o debate sobre a possibilidade do Brasil enviar contingentes ao conflito asiático. Esse ponto despertou ácidas polêmicas, agravado sobremaneira com edição de um artigo na Revista do Clube contrária a intervenção brasileira naquele conflito. A polarização emergiu em um conflito esquerda e direita entre as várias facções; mas a diretoria manteve a linha política exposta no artigo, em que pese, ameaças e manobras contrárias surtiram efeito, provocando reações.

Contudo, alguns membros, não suportando a pressão, resignaram-se, e poderiam ser visto nos anos seguintes na deposição de João Goulart. Um deles foi o Major, depois general de Brigada, e futuro dissidente e candidato do MDB à presidência, Euler Bentes Monteiro; o outro oficial que renunciou foi o Cel. Francisco Boaventura Cavalcante, que se integraria a grupos da extrema direita militar, tendo considerável ativismo no período inicial do governo Castelo Branco, aderindo posteriormente à Frente Ampla. Porém o hiato

e a polarização entre as várias correntes, aprofundou, tendo inclusive ocorrido uma intervenção branca no Clube Militar pelo Comando do Exército, e os membros da diretoria foram designados para servirem em guarnições distantes.

O debate sobre as questões nacionais igualmente atingiu os sargentos, que se organizavam em várias associações de classe, e traziam junto aos seus associados as teses sobre a Guerra da Coreia e da questão do Petróleo; mas também os marinheiros, muitos deles organizados e demandando direitos como os praças, negados desde as primeiras revoltas de 1910. Vale dizer que a repressão sobre eles é algo a ser resgatada, muitos foram presos, torturados, inclusive centenas foram expulsos das Forças Armadas. Alguns ainda reivindicam a anistia na virada do século XXI.

Com a derrota da corrente nacionalista na eleição subsequente do Clube Militar, a instituição passou a ser capitaneada por um grupo conservador, tendo à frente o General Cordeiro de Farias. Entretanto, a polarização política e ideológica teve continuidade, agravada pelo polêmico *'Acordo Militar'*, que seria denunciado somente décadas depois pelo Presidente Geisel. Alguns autores sustentam a tese que em vários momentos entre 45 – 64, o Exército atuou Partido Militar, mas o pressuposto dado pela doutrina Góes Monteiro já estava erodido desde o início em razão das políticas partidárias, ou através de lideranças militares e civis, resultando inclusive em manifestações políticas contundentes como o famoso Memorial dos Coronéis.

Um dado a mais chama atenção: não se pode contabilizar como indisciplina somente relacionada a um corpo de armas, ou patentes, na medida que, reajustando o foco, havia uma indisciplina militar mais conseqüente e atuante pela direita militar. A esquerda, mesmo a comunista atuava em grande medida pela legalidade democrática. Esse aspecto ficou ainda mais evidente nos acontecimentos que antecederam ao suicídio do Presidente Vargas em 1954, cuja antecipação veio associada de um manifesto de generais exigindo sua renúncia, e que, segundo alguns analistas, o desesperado ato teria abortado o golpe que seria consumado pela direita em 1964.

O processo político subsequente não ficou isento das mesmas vicissitudes, quiçá contradições. A crise política decorrente da eleição de JK, desta feita permeou correntes antípodas entre altas patentes, mesmo entre os militares, mas cujo epílogo mais conhecido foi o golpe liderado pelo Marechal Lott para assegurar a posse do presidente, e assegurar a

normalidade democrática. Uma vez mais, houve uma intensa polarização entre a direita e a ala nacionalista (esta com apoio da esquerda militar), e desta feita tendo a participação dos sargentos (que conseguiram alguns direitos como estabilidade funcional com 10 anos de serviço); sendo o episódio mais conhecido, a fuga para Santos do presidente em exercício, com parlamentares e militares no Cruzador Tamandaré³.

Alias, revoltas da direita militar seriam uma constante no governo JK, e entre elas, duas são bem conhecidas, a de Jacareacanga e Aragarças, objetivando sublevarem os militares a um golpe de estado. Equacionadas militarmente no próprio local por falta de apoio pelo país, o interessante em ambos os casos, é que os militares revoltosos foram posteriormente anistiados, e puderam retornar a ativa. Alguns desempenhariam papel político e conspirativo no golpe de 1964; também em 1968 (o caso Parasar); bem como noutras tentativas de criar condições políticas para fechar ainda mais o regime. Sobre esse ponto, voltaremos posteriormente, mas o significado dessa reflexão, é que o palco do debate político entre os militares deixou de ser somente o Clube Militar, e outros fóruns no período passaram a ser objeto de sua intervenção e expressão política.

Na virada dos anos 60, o embate entre os vários grupos militares não seria diferente. Há vasta literatura que demonstra que a hierarquia já estava sendo ostensivamente rompida por oficiais, mas nesse tempo, reemerge com força o movimento dos sargentos, seguido pouco depois pelos marinheiros, ambos sempre relacionados por setores militares conservadores à questão da quebra da hierarquia, e mesmo que seus desdobramentos justificariam a ruptura que levou ao golpe civil – militar. Voltaremos a esse ponto, mas um aspecto para o entendimento e que sugere uma contribuição dessa presença de praças em resistir ao golpe e sua politização, advém da intervenção do *ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros*. Entidade nacionalista que passou a ministrar cursos em que participavam militares de várias patentes, entre eles, muitos participariam dos grupos de resistência armada no pós 64. Essa é uma hipótese, embora não devidamente comprovada

³ Não cabe maiores desenvolvimentos relacionados aos episódios, esses somente demonstram que havia uma crescente politização, bem como partidarização entre grupos militares, em que pese, o quadro político também demonstrou aqueles que estavam identificados com a democracia. Talvez, como exemplo significativo, foi a formação da Frente Novembro, entidade que articulavam militares, sindicalistas, comunistas e membros do PTB, liderados pelo Cel. Nemo Canabarro. A iniciativa trouxe mais um abalo pela direita militar, e face a insatisfação de setores das Forças Armadas com a entidade, o presidente JK fechou a frente (e também o Clube da Lanterna); e para agradar os almirantes que tinham se manifestado em carta, adquiriu o Porta aviões Minas Gerais. Não seria a única.

quanto a uma relação direta, mas esteve relacionada a alguns deles. Mas não somente a uma entidade de nacionalista e de esquerda. À direita, organizações como o IPES e o IBAD articulavam civis e militares da ativa, mas também da reserva um deles notório por suas convicções golpistas, Golbery do Couto e Silva, cujo papel à frente dessas articulações deve ser destacado, contando inclusive com vastos recursos financeiros, muito deles advindos de empresas nacionais e estrangeiras.

Inegavelmente, esses conturbados anos encontrariam revoluções nacionalistas como a Iraniana, Indonésia, ou mesmo à esquerda como a Cuba, entre outras mediações que polarizavam o cenário internacional, e influenciavam internamente, havendo crescimento de várias organizações sociais, sindicais, mas também de classe. A renúncia de Jânio Quadros em 1961, quase levou o país à guerra civil, em decorrência da quebra da legalidade democrática e confronto da hierarquia e da disciplina pelo posicionamento golpista do Alto Comando das 03 armas. Entre eles, estabeleceu o veto à posse do então vice-presidente João Goulart, e nessa tentativa, chegaram a planejar a derrubado do avião, tudo para impedir que assumisse o cargo. O impasse levou a divisão entre os vários grupos oficiais, comandos inclusive, tendo a intervenção dos praças à favor da legalidade.

Face a enorme movimentação política e militar, com a conseqüente campanha da legalidade; mais particularmente o apoio do III Exército, mas não somente, posicionamentos firmes do Marechal Lott entre os outros oficiais, sustaram a iniciativa golpista, em que pese, em um polêmico acordo, Jango assumiu na condição de presidente em um sistema parlamentarista. Mas não diminuiu a conseqüente politização entre os militares, especialmente trazendo à tona os praças ao debate político, sendo um fator de agudização desse paradigma da política nas armas e entre armas confrontando a alta hierarquia. Uma anistia promulgada em 1961, curiosamente, anistiou também aqueles militares que tinham lutado pela defesa da legalidade democrática, bem como os golpistas das revoltas anteriores.

Uma vez mais, o pressuposto de apoliticismo e mesmo de que uma política da instituição determinada pelo Alto Comando não encontraria sustentabilidade, embora suas conseqüências não tardariam a se apresentar. A fragilidade do governo Jango, suas vacilações políticas, ou mesmo seu desconhecimento sobre as Forças Armadas contribuíram para os impasses que acabariam resultando em sua deposição. Concretamente, o movimento

de massas crescia no esgotamento daquilo que alguns analistas entendiam como a crise do populismo; e entre eles, a presença de duas categorias militares que procurariam se expressar naquele contexto, os Sargentos e Marinheiros. Antes porém, um acontecimento em 1962, pouco mencionado mas digno de registro, é o embate entre as várias facções para o controle do Clube Militar. A ala nacionalista incluía um leque de militares conservadores como general Peri Bevilaqua, mas também de esquerda e legalistas de muito prestígio como o general Castor da Nóbrega, herói da Feb. As eleições ocorreram sob acusações de fraude, e o resultado seria questionado na justiça, mas não chegaria a decisão alguma com a deflagração do golpe de 01 de abril de 1964.

Seguramente, este foi mais um elemento combustor nesse processo, mas não tanto como o movimento dos sargentos pouco tempo depois. Corrente na época o slogan '*Sargento também é Povo*', cujas demandas corporativas ampliaram no sentido de um reconhecimento político, expresso fundamentalmente em mobilizações da categoria, e na eleição de alguns de seus pares à Câmara dos Deputados. Face a recusa do judiciário em reconhecer esses mandatos; os praças se revoltaram em Brasília em fins de 1963, logo debelada.

Os marinheiros, reorganizados e inspirados na lendária figura de João Cândido, passaram a se rearticular ante a má vontade do alto comando naval, e a revolta no Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro polarizou a instituição, e se agravou quando parte da tropa de fuzileiros enviada para repressão aderiu aos amotinados. João Goulart procurou anistiar os marinheiros, mas a crescente insubordinação de boa parte da oficialidade, polarizaria ainda mais o cenário, não tranquilizada nem com a indicação à Ministro da Marinha, o Almirante Paulo Mário. Este oficial também encontraria muitas resistências entre setores da oficialidade, não somente pela firme disposição desse militar em enquadrar parte da oficialidade em vias de rebelião contra o governo; mas de alterar os comandos das principais unidades. Não teve tempo, seu ministério durou apenas 05 dias, tendo nesse período o almirante sofrido ameaças de seqüestro, invasão, tendo ao seu lado, somente um pequeno grupo de oficiais nacionalistas, os marinheiros, além de contar como efetivo de força, o apoio dos fuzileiros navais cujo comandante era o Al. Aragão.

A título de registro, este oficial não encontrava receptividade entre seus pares da Armada; seja por ser de origem humilde e ter feita carreira fora dos quadros da Escola Naval;

e ter um passado legalista e nacionalista em sua biografia. Essa lacuna que possibilitava ascensão de membros dos fuzileiros ao Almirantado sem passar pela Escola Naval foi posteriormente abolida.

O Brasil e os Militares depois do golpe

Há várias leituras e bem fundamentadas teses sobre o golpe de 1964, e um gradual consenso estabelecido é que foi um golpe civil-militar e não somente militar. Não cabe aqui retomar a reflexão se o governo deveria ou não resistir, e mesmo se havia possibilidade de resistência, é consensual que havia forças militares suficientes, ao menos, se a iniciativa fosse assim direcionada, e que não foi o caso. Chama atenção o seguinte: diferente de 1935, quando as torturas distinguiram oficiais e praças (esses últimos muito torturados); em 1964, a tortura desta feita não fez distinção de patentes. Mas não somente. Entre as várias categorias sociais atingidas pela repressão, os militares foram os mais visados; alias, bem salientou o insuspeito *Relatório Brasil Nunca Mais*, a cirurgia expurgatória de militares foi realizada com pleno êxito. A política nas Forças Armadas à esquerda e à direita, no entanto, não deixou de acontecer. Vamos por partes.

Inicialmente, vale dizer que a ditadura brasileira teve um diferencial quando comparada à demais na América do Sul, já se caracterizou por uma alternância de generais no poder; todos em tese, referendados pelo Congresso Nacional na busca de uma legitimidade institucionalizada advinda de uma revolução. Evidentemente, o processo que não foi tranquilo, como veremos. Ainda assim, a literatura sobre 1964 chama atenção pelos relatos orais de oficiais recentemente publicados, uma maioria de militares que apoiaram o golpe; ou aqueles que sustentavam que a revolução (como alguns ainda a qualificam), ou mesmo golpe, deveria ter trazido o país à normalidade institucional pouco tempo depois, em geral, após o governo do Marechal Castelo Branco. Muitos poucos admitem o erro da derrubada de João Goulart, talvez uns até por saber, muito constrangidos, o apoio, quiçá, intervenção direta norte americana nesse processo, cuja fundamentação tem encontrado consistência em trabalhos recentes, produzidos a partir de documentos desclassificados nos USA, e publicados no Brasil, embora enquanto teses, não fossem inéditos.

De qualquer forma, se a cirurgia expurgou das Forças Armadas um considerável número de oficiais legalistas, praças e marinheiros que reivindicavam seu lugar na história, restabelecendo o pressuposto hierárquico de comando como expressão política das instituições; isso, no entanto, não significou que a política deixasse de emergir entre as várias facções, alias, emergiu em flagrante desafio aos comandantes. Ou seja, não desapareceu entre os militares, somente encontrou outros fóruns de manifestação, alguns de franca rebeldia; e nem a hierarquia foi restabelecida nos moldes desejados, muito pelo contrário, dissidências aconteceriam e foram muitas, especialmente na direita militar.

No campo dos militares nacionalistas e de esquerda, alguns oficiais, praças e marinheiros optaram em somar aos grupos civis de resistência armada à ditadura, ainda que essa presença fosse mais ostensiva a partir de 1968. Uns eram egressos do PCB; outros, do movimento nacionalista que permeou as fileiras castrenses naqueles últimos anos. Mas não são muitas as manifestações de resistência armada que aconteceram, com significativa presença militar. Atuando com inspiração de guerrilha, uma delas foi a iniciativa de um grupo de oficiais e praças tendo a frente o Cel. Jéferson Cardim, logo debelada, sendo ele barbaramente torturado; outras como a Guerrilha de Angra dos Reis, formada por marinheiros, cuja organização ficou conhecida como o *MAR – Movimento de Ação Revolucionária*; seguido por fim, pela Guerrilha do Caparaó, por praças do Exército (sob influência brizolista), conduzido pelo intitulado MNR – Movimento Nacionalista Revolucionário. Ao que tudo indica, praticamente todos caíram frente aos primeiros tiros, tal seu grau de desarticulação.

Pouco tempo depois, entre grupos armados de registro, um hegemônico por militares foi a *FNL - Frente de Libertação Nacional*, sem maior inserção face sua desarticulação com quedas logo no início de sua constituição; e também um pequeno grupo com subalternos das Forças Armadas que antes de iniciarem o projeto de montagem de um foco guerrilheiro em Minas Gerais, foram todos presos no Rio de Janeiro, recebendo como bonificação a alcunha da *Guerrilha de Copacabana*. Nessa linha de grupos de resistência armada antes de 1968, há o registro de grupos com militares atuando no *COLINA – Comando de Libertação Nacional*, cuja ação mais conhecida foi o justicamento por engano do um militar alemão, pensando tratar do Major Gary Prado, executor de Che Guevara na Bolívia; e o *PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*. Conquanto a

intervenção desses grupos ocorresse com ações armadas, e aparecessem com certo estardalhaço na imprensa, inclusive apreendidas por setores militares do governo como uma efetiva ameaça comunista, em nenhum momento essas corajosas formas de resistência armada ao regime dos generais representou abalo em sua estrutura de poder.

Nessa ocasião, ficaram famosos os IPMs, sob a rearticulação da Doutrina de Segurança Nacional cujo enfoque anterior ao golpe dado pela Escola Superior de Guerra (e certa influência americana) que procurava priorizar a linha *Desenvolvimento Segurança*; alterada pós golpe para *Segurança e Desenvolvimento*, e nucleada por influências advindas da *Doutrina da Guerra Revolucionária* (influência francesa), cuja aparente e nova sofisticada formulação teórica procurava subsidiar os militares na luta contra o comunismo. Alias, sua gestação se encontra no período anterior ao golpe de 64. Mesmo assim, no primeiro quadriênio do golpe civil militar, o regime procurou conquistar legitimidade, e com este objetivo, manteve algumas garantias individuais; o judiciário, por exemplo, mesmo mutilado, continuou operando; e houve eleições para o parlamento e para governador. Ao final, apesar do esforço de legalizar as centenas punições incoseqüentes de qualquer fundamento jurídico, para não dizer político, levou um famoso articulista a denominar esses processos de Febeapá, *festival de besteiras que assolou o país*.

Todavia, entre as várias facções da direita militar, o embate entre o projeto de continuidade e o restabelecimento da democracia ganhava contornos de ruptura. O primeiro projeto foi ganhando espaço, e um número de crescente de civis e militares que inicialmente apoiaram o golpe passaram a oposição. Vários fatores contribuíram para essa rotação à democracia; crise econômica, cuja política era vista por setores civis e militares como desnacionalizadora; uma política de cassações de direitos civis que paulatinamente acabaria ceifando lideranças civis (abortando o projeto presidencial de muitas deles), além da própria sucessão, possibilitando a articulação de tímidas formas de resistência.

Uma delas aconteceu em 1966, e incorporava lideranças civis e militares da ativa e da reserva, setores nacionalistas aliados do antigo Governo Goulart, e militares do Partido Comunista Brasileiro. Esse é um complô pouco conhecido, e não avançou, particularmente pelo recuo do então Governador Barros, mas demonstrou que a insatisfação de uma corrente civil – militar procurava formas alternativa ao espaço que o regime queria para impor seu projeto de abertura, bem como sua agenda política. Alguns deles viriam posteriormente se

constituir e integrar no MDB, tidos inclusive como autênticos, embora com esse passivo golpista em suas biografias. Generais conservadores que podiam ser enquadrados nesse arco passaram atuar criticamente contra o regime militar, a destacar o General Peri Bevilaqua; ou golpistas, como o General Mourão Filho e Amaury Krueel. Setores do judiciário contribuíram nesse processo de resistência, e muitos membros da instituição atuaram com coragem e autonomia, contribuindo para uma certa oxigenação política, especialmente quando outorgavam Habeas Corpus a muitos ex, membros do regime anterior; ou se recusavam a aceitar *ipsis literis* os resultados dos IPMs.

Entretanto, a sucessão presidencial é que representou conflitos sérios e à direita em 02 momentos, com crises políticas e iniciativas contrárias face à crescente militarização que se formava no horizonte. A complexidade do momento pode ser avaliada pelo esforço do governo em controlar o processo sucessório e a política entre os militares: a promulgação dos sucessivos *Atos Institucionais*, fissuras entre armas (como a Porta aviões Minas Gerais); ou a reforma do processo de promoções, que tinha por objetivo abortar a possibilidade de se constituírem líderes entre os militares, na medida que implicava no período que um oficial pudesse ser general na ativa estava limitado a 12 anos. Mas não somente. Um decreto suspenderia por 06 meses as atividades da Associação dos Cabos e Soldados das Polícias Militares do Brasil, inviabilizando sua atuação durante o período do regime militar; e em 1967, outro decreto lei criou a criação da Inspeção Geral das Polícias Militares - IGPM, vinculada ao Ministério do Exército, transformando as PMs em órgãos auxiliares das Forças Armadas.

Essas medidas não foram suficientes para apaziguar os conflitos entre as diferentes facções da direita militar, e mesmo deixou de se apresentar na sucessão do General Castelo Branco, cujas tensões indicavam rearranjos políticos entre antigos adversários, a destacar a formação da *Frente Ampla*. Entretanto, a sucessão foi conflituosamente posta enquanto continuidade, e um militar com fama de um duro, o Marechal Costa e Silva, e um vice civil advindo do antigo PSD, assumiram com a promessa de liberalizar o regime outorgando uma nova constituição. O que se viu foi uma gradual militarização. Além de o regime enfrentar uma crise econômica cujos sinais já indicavam que a estagnação teorizada por conceituados pensadores como Celso Furtado, não se operacionalizava como previsto, alias muito pelo contrário; os movimentos estudantis, operários e setores significativos da classe média (que

até então apoiara o golpe), passaram gradualmente a oposição em 1968. O resultado mais conhecido, em resposta de setores militares tidos e identificados como '*Linha Dura*' (ou bolsões *sinceros mas radicais*, outra terminologia muito corrente) foi à promulgação do AI-5, cujo significado maior é a ditadura. De triste memória dessa época, é o Caso Parasar, cujo expoente maior daquele grupo, o Capitão Sérgio Macaco recusou ser anistiado.

As conseqüências desse projeto de continuidade que se hegemonizava por correntes tidas como '*sinceras*' da linha dura foram igualmente dramáticas, até mesmo para setores liberais que ainda acreditavam que o processo de oxigenação poderia levar ao restabelecimento de uma democracia. Algumas fontes sugerem que a constituição que seria outorgada por Costa e Silva, continha condicionantes restritivos, mas seria democrática, não emergindo face a trombose do então presidente. Na verdade, o golpe civil militar levou quase imediatamente a conflito entre as várias facções militares à direita, e a organização de uma extrema direita formada por oficiais da ativa e da reserva das 03 armas, muitos deles golpistas das revoltas anteriores à 64, e articulados com lideranças políticas conhecidas de longa data. Essas organizações no pós 64 constituíram-se com firme objetivo em articular para que o processo *revolucionário* não se perdesse em querelas políticas. E não foram poucas nesse período.

Um atuaram com forte ativismo político entre seus pares da ativa e da reserva, talvez a mais conhecida foi a *Líder – Liga Democrática Radical*, cuja efetividade e influência política desperta certo questionamento. Geisel se referia a grupos como este como um blefe. Outras organizações foram O *CCC*, *MAC*, *Centelha*, *AAB*, *Guararapes*, *Inconfidência*, que atuaram ostensivamente entre os militares, panfletando nas unidades militares, produzindo manifestos, radicalizando posições nos anos seguintes, e até e explodindo bombas em bancas de jornal, realizando seqüestros e atentados, especialmente quando uma certa distensão política, mesmo que controlada se configurava no horizonte do país, advertindo mais uma vez a nação sobre o perigo comunista.

Nessa linha de interpretação, membros históricos do regime militar como Geisel, Golbery e Figueiredo receberam desses grupos da direita militar a alcunha de traidores; e ativistas como ex. Delegado Fleury morreram nesse período, ou pouco depois, ao que tudo indica, como queima de arquivo; outros buscaram atividades ilegais como o Capitão Guimarães no jogo do bicho; ou nos serviços de empresas de segurança e grupos de

exterminio como *Scuderie le CoCq*. A maioria dessas organizações teve curta duração, e como outras da extrema direita militar, poucas sobreviveram ativas na virada do milênio, cujo barulho através de jornais como *Inconfidência*, *Letras em Marcha*, e mais recentemente em dezenas de sites e blogs, é inversamente proporcional a sua presença ou influência entre os militares da ativa. A rigor, tendem ao desaparecimento, embora algumas com feições modernas como o *Instituto Milenium*, emergem contemporaneamente enquanto versão dessa nova direita objetivando ocupar esse espaço.

É nesse período subsequente ao AI-5, que teve início a retomada do crescimento econômico, cujo modelo indicava saltos estratosféricos e que passou a história como *Brasil Grande*; mas também quando a repressão se intensificou. Alguns grupos de resistência armada, se lançaram a luta contra a ditadura, cujos resultados mais visíveis e conhecidos foram os assaltos a bancos para coleta de fundos, seqüestros de diplomatas, medida que possibilitou a libertação de quase 03 centenas de presos políticos. O mais conhecido foi o seqüestro do Embaixador americano, que resultou na troca de 15 prisioneiros políticos, ocorrido no entre a doença de Costa e Silva e a indicação do General Médice à presidência, estando à frente do país uma junta militar. Pouco depois da saída do grupo de prisioneiros para o México, uma facção de pára-quadistas ligada a extrema direita militar tentou abortar a operação, sem sucesso; mas teve tempo de ocupar uma rádio e emitir um manifesto em repúdio à troca .

De qualquer forma, não foi a única ação da direita militar do período. Uma contestações mais conhecida, foi a capitaneada pelo General de Divisão Albuquerque Lima, que intentava a presidência, contando com apoio da jovem oficialidade. Na consulta entre os oficiais generais, e a implementação de um dispositivo casuístico que outorgava a condição do postulante a patente de oficial General de Exército, o último da carreira (não era o caso de Lima); e mesmo com apoio em outras armas como a dividida Marinha, prevaleceu o posicionamento de seus comandantes e da hierarquia, sendo ignorado nesse processo, a posição da jovem oficialidade ao então General de Divisão. Ao final, é eleito indiretamente por seus pares, o General Médice, advindo das fileiras do SNI. Talvez em desespero de causa, uma questionável e arriscada manobra do General Albuquerque emergiu recentemente nos anais da história, e com fundamentação advinda de várias fontes: o

encontro que teve com Carlos Marighela, na ocasião, ativo militante da resistência armada à ditadura, ao que tudo indica, sem maiores resultados políticos.

O governo do General Médice teve prestígio popular, e ao final de seu mandato até poderia realizar uma transição controlada tendo um civil à frente tutelado pelos militares. De fato, houve crescimento econômico que conferiu aos militares um reconhecimento que até então não usufruíam, auxiliado pela conquista da copa do mundo; e concretamente, uma situação de melhoria aos trabalhadores, naquela ocasião, quase de pleno emprego. É sempre referenciado pela extrema direita militar, entretanto, não foi imediatamente que ele conseguiu controlar os órgãos de segurança, ou a autonomia e desenvoltura de muitos grupos militares, alguns incrustados no seu ministério. Os exemplos de insubordinação não foram poucos.

No início de 1971 foi elaborado um plano de invasão do Uruguai. A democracia no Uruguai era vitaminada pela atuação de partidos comunistas e de esquerda, cuja aliança *Frente Ampla*, indicava possibilidades de vitória. Setores militares de direita elaboraram um plano de invasão, e nessa linha, apoios a grupos de extrema direita já estavam curso pelos órgãos de segurança brasileiros. Dada a conjuntura política, se consumado o resultado, ultimou o planejamento operacional para a invasão. Nela algo chama atenção, e confere fundamento a hipótese da autonomia as facções do regime, seguramente, reflexo das fissuras internas: a Marinha e Força Aérea não tinham sido oficialmente consultados, fugindo a lógica da doutrina militar. Alias, um dos militares que participaria dessa operação, e que trouxe a público anos depois, entende que a iniciativa parecia vir isoladamente do comando do III Exército. Ao final, com a derrota eleitoral da Frente Ampla, a operação foi automaticamente desativada.

A repressão aos movimentos armados atingiu o auge no período Médice, adquirindo certa sofisticação, e sobretudo eficácia, e ao que parece, somente duas iniciativas militares pela esquerda despertaram certa preocupação dos militares, e nesses acasos, houve a mobilização de tropas em seu combate. A primeira, capitaneada pelo Capitão Carlos Lamarca, na ocasião, vinculado a uma organização de esquerda, a VPR – Vanguarda Popular Revolucionária, cujos quadros encontravam muitos militares, a maioria praças. A VPR atuaria no Vale do Ribeira, sem maiores conseqüências quanto a uma abalo nas

estrutura do regime militar, embora ocorressem lutas naquelas matas. Posteriormente, o Capitão Lamarca seria morto na Bahia.

A outra foi a Guerrilha do Araguaia. Essa durou mais tempo, sendo mais bem operacionalizada militarmente, tendo seus membros se estabelecido em uma região cuja característica maior, além de ser uma floresta fechada, com conflitos fundiários, estava sob esfera de influência 03 comandos militares no distante e isolado Bico do Papagaio. Aos poucos, os militantes do Pc do B se instalaram na região com quase uma centena de guerrilheiros. Ao que se sabe, poucos deles eram militares de origem, um deles era o marinheiro das lutas de 1935, Prêto Chaves; e tinha Oswaldão, que fizera CPOR no Exército, além de outros militantes civis com de treinamento militar na China. Descoberta antes da finalização de um efetivo trabalho político junto a população, inicialmente a guerrilha mediu forças com despreparados contingentes do Exército e da Marinha em duas campanhas, sem no entanto, despertar junto à população adesão significativas de quadros locais, e mesmo o apoio necessário. Na terceira campanha, os militares alteraram a estratégia, e enviaram tropas treinadas e profissionais, cujo resultado foi o aniquilamento de seus membros, mesmo aqueles que tivessem deposto as armas. A guerrilha nem existiu para efeitos legais e judiciais.

Esse foi o canto do cisne desses movimentos armados. Após sucessivas derrotas dos grupos que optaram pela via armada, a luta contra o regime passou a ser operacionalizado no campo político, tendo à frente muitos militares. O final da guerrilha do Araguaia coincide o início do governo do Presidente Geisel, e mesmo que a luta na região tivesse continuidade por bem pouco tempo, sem a menor possibilidade de resistência para a guerrilha, alguns analistas sustentam a tese que isso influenciou na continuidade do regime militar. Seguramente, o controle do processo político e hierárquico de continuidade estava assegurado na sucessão, bem como a unidade restabelecida, expressa na força política do Presidente Médice, algo que conferia em tese, *'legitimidade'* na indicação quase sem oposição desse expoente do regime, cujo fiador maior foi seu irmão, Ministro do Exército. Não há dúvida que já tinha sido restabelecida o posicionamento do Alto Comando e a Hierarquia, algo que pode ser expressa numa tímida tentativa de alguns setores em indicar o então Cel (res.) Jarbas Passarinho à sucessão. Consta que o General Orlando Geisel bateu o

martelo em contrário com o seguinte argumento: *gosto muito desse menino, mas não estou acostumado a bater continências para coronéis.*

Com o General Ernesto Geisel, teve início um processo caracterizado como *distensão lenta gradual e segura*, cuja agenda foi sendo igualmente operacionalizada por novos atores em cena. A igreja, os movimentos contra a carestia, o crescimento político eleitoral do MDB, e entre os militares, sua reorganização em vários grupos a favor da redemocratização e da anistia. Na verdade, a anistia começou efetivamente a constar da agenda política brasileira com a formação dos primeiros Comitês de Anistia ainda nos anos 70, quando um pequeno grupo de ativistas começou tencionar os limites da transição política. Nada descolado de um processo, em que o regime procurava controlar agenda de transição, porém, perdendo aos poucos sua legitimidade. Vale inclusive retomar somente a título de ilustração, mecanismos políticos adotados pelo governo como o *Pacote de Abril*, sem deixar de mencionar, as cassações políticas que não deixavam dúvida sobre quem detinha o cronograma da agenda política. Tímidas políticas de diálogo ocorreram no período, mas a força desse quadriênio Geisel possibilitou que a indicação à sua sucessão viesse de um dos quadros militares do regime.

Todavia, um conflito relacionado ao quadro sucessório, veio à tona nessa época, desta feita com um expoente conservador com posições de comando de tropa, alias representativo de um grupo muito insatisfeito com os rumos que a transição era operacionalizada, articulando a retomada daquilo que os duros chamavam projeto revolucionário. Por muito pouco, não houve conflito armado. O argumento que o governo estava estabelecendo uma rotação ao comunismo emergiu como em outras tantas ocasiões, e após a destituição do ministro do Exército Silvio Frota, houve a homologação pelo Congresso Nacional do sucessor – o General Figueiredo -, embora Geisel teve alguns poucos inconvenientes tendo a frente seu ex. chefe do Gabinete Militar.

O presidente já tinha iniciado o afastamento daqueles setores mais identificados com a repressão como o Brig. Burnier, e os acontecimentos últimos somente demonstraram o desafio que o mesmo enfrentava para controlar os órgãos de segurança cuja autonomia fugia a cadeia de comando bem como a qualquer controle. Igualmente, também contribuíram para essas fissuras internas entre algumas facções militares e seu desgaste externo na sociedade, episódios de grande repercussão como a morte de Wladimir Herzog, seguida do assassinato

de Manuel Fiel filho, fato último que resultou na demissão do General Ednardo Dávila Mello. Nesse período, embora já não houvesse ações armadas da esquerda (face ao seu total desmantelamento), o PCB foi totalmente aniquilado, e um ano seria a vez do PC. do B, quando ocorreu o massacre da Lapa em São Paulo, e a liquidação de seu Comitê Central. Um núcleo de policiais comunistas é preso em São Paulo em 1975, barbaramente torturados, e seriam reincorporados por pouco tempo à Polícia Militar em 1985 quando houve um adendo à anistia de 1979.

Noutro lado, grupos militares da corrente nacionalista e da esquerda optariam em resistir no campo político com objetivo de restauração da democracia, se organizaram em várias entidades, campanhas políticas, embora inicialmente com um ativismo muito discreto. Eram reservados politicamente, inclusive, se distanciaram dos militares nacionalistas na ativa que eventualmente escaparam da cassação, mas atuavam. Alguns tiveram encontros políticos reservados, participando da Frente Ampla, outros eram também vigiados, e seus passos sob atento acompanhamento dos órgãos de segurança, cujos posicionamentos e opiniões não eram ignorados. A novela *'Roque Santeiro'* da Rede Globo foi censurada a partir de um comentário do General e historiador marxista Nelson Werneck Sodré à Dias Gomes, cujo telefone estava ilegalmente grampeado. Por uma portaria secreta, os aviadores cassados não puderam exercer atividades como piloto, e alguns deles como o Brigadeiro Rui Moreira Lima e Fortunato Câmara, heróis da II Guerra, com milhares de horas de vôo; entre outros profissionais militares extremamente capacitados de anos no Can – Correio Aéreo Nacional, eram encontrados como choferes de táxi, professores de cursinho entre outras profissões.

Aos poucos, os militares iriam se rearticulando nas campanhas pela anistia, pela redemocratização em entidades de oficiais cassados. Uns tinham um passivo a redimir, como o candidato do MDB, o General Euler Bentes, ex. golpistas em 1964, e não muito tempo depois de ter sido membro do Alto Comando do Exército. Ele não foi o único, mas sua candidatura à presidência articulou em seu entorno, além de civis revolucionários de 64 como ex. Governador Magalhães Pinto; outros militares da ativa que passaram atuar abertamente nessa linha de redemocratização. Alguns eram golpistas de longa data, vários questionando o divórcio entre as Forças Armadas e o executivo. O Cel. Tarcísio Nunes, por exemplo, clamava abertamente a rebelião dos oficiais, independentes de patentes numa

clara alusão de que a hierarquia estava mais uma vez erodida, e pela direita. Ainda assim, o regime tinha força, e muitos foram punidos; porém, o resultado das eleições indiretas para a presidência foi o esperado, sendo eleito o presidente, o general Figueiredo. Ele, contudo, assumiu a presidência com propostas liberalizantes, e mesmo algumas advogadas por grupos de oposição como a anistia, até porque, no horizonte já era inevitável o processo de redemocratização.

Em 1979, o governo promulgou a primeira anistia, contestada por setores da sociedade civil, particularmente em um quesito que abrangia os torturadores (incluía crimes conexos), embora permitisse uma certa oxigenação política com a volta de milhares de exilados. Vários militares que já se organizavam, emergiram com a firme intenção de intervir no processo de redemocratização em entidades como a ADNAM, que se destacaria ao longo daquele processo congregando oficiais cassados das 03 armas; e entre os praças, a UMNA. A anistia não os contemplou esses últimos, na medida que seus movimentos eram vistos como expressão de quebra de hierarquia e disciplina, e não movimentos políticos. Com adendos subseqüentes à primeira anistia, muitos foram conseguindo ampliar e serem reconhecidos individualmente seus direitos, especialmente quando da constituinte de 1988.

Nesse processo de redemocratização, houve reação em contrário a abertura política por setores militares de direita, resultando em dezenas de explosões de bancas de revistas, sequestros, culminado com o frustrado atentado no Rio Centro. O IPM que seria a resposta política desse atentado (inicialmente atribuído a grupos de esquerda) identificou sua autoria em grupos de extrema direita. Mesmo nunca totalmente esclarecido, alguns de seus autores foram identificados como militares da ativa, mas seguiram carreira com restrições até a reforma. O governo ainda enfrentou algumas resistências entre seus pares da caserna, uma bem significativa aconteceu em 1984 no Clube Militar. Palco de uma de suas últimas disputas em que 02 projetos se digladiavam; um valorizando a redemocratização (tendo o apoio de militares cassados); e outro, a chapa que acabou vencendo, visava a manutenção do status quo. Com apoio do governo, que atuou decisivamente para que a instituição não se constituísse ali em um palco de debates, bem como um fórum de reflexão que influenciasse a agenda do regime, venceu a chapa '*oficial*'.

Talvez esse tenha sido o canto do cisne. A partir desse momento, é crescente o número de militares que passaram a advogar publicamente a volta aos quartéis face ao

enorme desgaste do regime. A enorme crise social cuja expressão se apresentava nas greves do ABC, teve ainda como resposta política do Governo Figueiredo uma infrutífera militarização da questão sindical (com vôos de helicópteros sobre os grevistas), levando o regime a um desgaste ainda maior; bem como várias derrotas eleitorais. Mesmo assim, havia um projeto de continuidade militar, decidido inclusive pela indicação de um expoente da comunidade de informações à presidência o General Medeiros, e que não se viabilizou; até mesmo a intenção que a saída do último presidente militar teria como cujo efeito visível, a explosão de uma bomba atômica. Ficou o buraco na serra do cachimbo, fechado anos depois pelo Presidente Collor.

O final do regime militar é caracterizado por articulações entre civis e militares para assegurar a transição, muitas delas bem conhecidas, mas que possibilitaram a efetivação de um acordo que assegurasse a posse de Tancredo Neves. O desgaste do regime era mais que evidente, e mesmo assim algumas facções da extrema direita militar ainda não estavam sob controle. A abertura teve respaldo um personagem cujos méritos não foram devidamente reconhecido, o então Almirante Maximiliano. Ainda ministro do General Figueiredo, chegou a elaborar um plano de resistência contra um eventual retrocesso político, e numa das possibilidades, previa a resposta militar da Marinha, até isoladamente, se fosse o caso. Demitido do governo por suas declarações à favor da transição, recebeu a solidariedade de seus pares na Armada, e o fato na ocasião, demonstra somente as fissuras no antigo regime, que alias, não fora a única.

A Redemocratização e os Militares.... ainda na Política

Após frustradas manifestações pelo país à favor das Diretas, e vencida a eleição no Colégio eleitoral por Tancredo Neves; seguida da decepção ao seu falecimento, tomou posse na presidência José Sarney. No entanto, foi assegurada a normalidade democrática, embora estivesse sob a tutela dos generais vinculados ao regime anterior. Chamados a intervir com resultados trágicos em 1988, os militares do Exército ocuparam a Cia Siderúrgica Nacional, cujo resultado foram 03 operários mortos. Na verdade a constituição de 1988 manteve – na linha de dispositivos anteriores - que as Forças Armadas poderiam intervir em assuntos de ordem interna (face solicitação de um dos poderes da República); e

manteve o pressuposto de que as polícias militares são forças auxiliares do Exército. A democracia, no entanto, se fez acompanhar de movimentos grevistas nas polícias militares, e que resultou na alteração e acréscimos de novos dispositivos constitucionais reforçando possibilidades do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem.

Um aspecto que chama atenção, e aconteceu sob a égide de seu mandato relacionada e a Assembléia Constituinte de 1988. Ampliação da anistia de 1979, possibilitou uma reparação econômica aos militares cassados, aviadores em sua maioria. Houve ainda um acréscimo quanto ao seu período de abrangência, cujo início foi de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da constituição, anistiando os participantes da Revolução Comunista de 1935, mas também aqueles da campanha do '*Petróleo é Nosso*'. Entretanto, a reintegração dos cassados ao serviço ativo encontrou oposição nos comandos militares, que abortaram quaisquer iniciativas no sentido de reverter àquela diretriz.

A primeira eleição presidencial pós ditadura, possibilitou um de controle relativamente maior sobre a questão militar, somente para utilizar um termo corrente do império. Inegavelmente, o então Presidente Collor tomou medidas para limitar sua presença política, a mais visível, reduziu o número de membros militares com status ministerial; e dissolveu o SNI, embora sem considerável efeito prático. Apesar de seu processo de impeachment cujo abalo na jovem democracia seria imprevisível em outros tempos, os militares se mantiveram disciplinados à ordem constitucional.

No governo Fernando Henrique Cardoso concretizou a formação do Ministério da Defesa; embora com dificuldades de várias ordens em sua implementação, muitas delas pela falta de habilidade na escolha de seus ocupantes. O Exército foi chamado a intervir em algumas ocasiões, e chegou a enviar mais de 1000 soldados para ocupar a sede da Cia Vale do Rio Doce em 1996; e o MST foi o pretexto para atuação dos militares quando seus integrantes ameaçaram ocupar a fazenda do Presidente FHC no ano 2000, confrontando a autonomia do Estado de Minas Gerais. Este fato resultou posteriormente na transformação da 11ª Brigada de Infantaria Leve sediada em Campinas em uma unidade do Exército de caráter policial com objetivo de intervir nos estados da federação; embora haja versões que foi um pretexto do Alto Comando, em contrapor politicamente a recém criada Força Nacional. Na 11ª Brigada, houve o desenvolvimento de uma Doutrina da Garantia da Lei e

da Ordem – GLO, a unidade possui em seu interior, o Centro de Instrução da Garantia da Lei e da Ordem, responsável de instruir os militares com essa finalidade.

Por fim, ainda no governo FHC, a anistia incorporaria novas ampliações, e além de anistiar 2.500 militares, concedeu a declaração de anistiado político e indenização. O processo, no entanto, ainda permaneceu inconcluso, já que emergiram na agenda política demandas como a questão dos desaparecidos, da abertura de arquivos militares; e principalmente, a questão da impunidade dos torturadores. A rigor, o epílogo desse processo aconteceu somente em 2010, já sob governo da Presidente Dilma Rousseff. O Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu em resposta uma Arguição de Descumprimento de Preceito Constitucional (ADPF) interpelada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que a anistia de 1979 era abrangente, e igualmente anistiava os agentes do Estado entre 1964 e 1985, portanto, seus crimes não eram passíveis de processos ou objeto de punição. Confirmava a tese de extensão da anistia aos crimes conexos, e a não punição aos torturadores, decisão esta que contrariou amplos setores da sociedade civil.

O debate não se esgota com esses apontamentos e temos pistas dessa presença ainda contemporaneamente. Contradizem um princípio histórico, mas que já é consensual sustentado a tese que as Forças Armadas não são homogêneas, como também não intervêm na política necessariamente como um bloco monolítico, muito pelo contrário. Tanto é que, a a democracia possibilitou a emergência de movimentos grevistas entre os militares em todas as polícias do Brasil; isso não é um aspecto descolado de muitas organizações nas Forças Armadas. Talvez o caso mais conhecido, com uma presença corporativa e ou política como a última greve dos controladores de voo. Muitas entidades policiais desencadearem movimentos de paralisação e greves nos últimos tempos pelo país, e além de incluírem na agenda questões corporativas; soldo; relações de trabalho; e mesmo condições adequadas para o efetivo exercício de suas atividades; democratizar o meio militar. O registro último é de quase 03 centenas de greves e paralisações desde 1988. Reprimidas com rigor, com prisões, expulsões; mesmo assim, esses esforços não abortaram outras iniciativas, seja pela inabilidade e dificuldades dos governos em lidarem com situações como essas; ou em reconhecer a legitimidade dessas mobilizações como luta social de uma categoria por melhores condições de vida.

Considerações Preliminares

Em conclusão retrospectiva, mas com indicativos contemporâneo, os militares foram historicamente desafiados no argumento de legitimidade de uma ação política, travestida como expressão de legalidade desde o início do século 20; e a hierarquia igualmente desafiada com a emergência de movimentos de jovens oficiais, praças e marinheiros na busca de espaço na construção da nação, seja com argumentos reivindicativos corporativos, ou com a intenção de influir no processo histórico. Pressuposto confrontado ao longo dos anos, na ditadura do Estado Novo é que houve a implementação de uma política que procurou estabelecer a Política do Exército e não no Exército, leia-se do Alto Comando.

No período democrático entre 1946, esse pressuposto dos militares e a política também pautado no fundamento da hierarquia e disciplina foi igualmente tencionado a direita e a esquerda, entre oficiais e praças, mas não deixou de existir e estar presente. Na verdade, os argumentos hierárquicos pautaram muitos das críticas e contestações, embora um dado chame atenção: os projetos dicotômicos que a se apresentavam em conflito, colocavam em oposto os militares na questão da democracia, essa última assumida por setores nacionalistas e de esquerda de uma forma mais consistente que os militares de direita, sempre atentando contra a legalidade democrática e vitoriosa em 1964.

Nesse último período pós 1964, setores democráticos e de esquerda, majoritariamente militares cassados, tiveram alguma presença política, a maioria norteando seu projeto de intervenção no sentido de restaurar a democracia; e a direita militar emergiu com suas contradições cujo palco de confronto muitas vezes resvalando a opção terrorista, além da repressão incontestada com métodos de torturas, mesmo entre os militares, e que desrespeitavam inclusive as patentes. Entre os militares da ativa e que estiveram à frente do regime, o argumento do anticomunismo se apresentou como elemento de sustentação de suas teses de poder, e continuidade, não sem antes atentar contra o processo de transição em 1985. Mais recentemente, seus expoentes se aglutinaram em organizações de extrema direita, e também à frente do Clube Militar, embora perdendo a influência que tinham interna corpus. Restou, no entanto, a face ao pacto conciliatório operacionalizado na transição, a defesa corporativa de seus pares e manifestações contrárias a revisão da anistia.

Um aspecto positivo, é que a última polêmica sobre a formação da Comissão da Verdade não encontrou respaldo nas novas gerações de militares da ativa, e talvez um

elemento comprobatório de que o diálogo com essa geração pode ser pavimentado e aprofundado, é a percepção de um esforço de se dissociarem desse passivo que é a herança do golpe de 64. Soma-se como um ponto válido a ser considerado o diálogo, consistente e democrático com muitos militares em cursos de pós graduação em várias universidades bem como nos congresso da Abed.

Por fim, a redemocratização advinda de 1988 e suas possibilidades de manifestação, mesmo com restrições aos militares, ainda encontra os militares com seu perfil conservador, embora sugestivo de um compromisso com a democracia. Ao mesmo tempo, com ela, emergem novos movimentos entre os militares e nas Pms recolocando na agenda política a questão de sua reformulação enquanto instituição, particularmente sua democratização em um estado democrático de direito. O final do Século XX sepultou velhos agravos e rivalidades ideológicas, ao menos, aquelas alimentadas por um inimigo oculto – o comunismo – que não esta mais na agenda. Isso somente se verifica em setores barulhentos ainda presentes no Clube Militar, cuja contestação à Comissão da Verdade até encontrou certo respaldo entre os militares da reserva recentemente via subscrição a um manifesto, cuja adesão esteve associada mais pela questão corporativa de um falso entendimento que o governo atacava a instituição.

A rigor, o Conservadorismo e a Hierarquia é uma marca das instituições militares, mas também da sociedade brasileira, e a política quanto a essa categoria social, deve ser apreendida como componente intrínseco de nossa história. Altos oficiais não deixaram de se manifestar politicamente nos últimos tempos, e nem novos grupos de oficiais e praças bem como policiais deixaram de se constituir com novas demandas e projetos; portanto, se o argumento do anticomunismo, ao que tudo indica, não está presente nessa agenda, o desafio que se apresenta é o de reconstituir como instituição pautada na hierarquia e disciplina. Um imperativo não somente pela inegável alteração do perfil de seus membros, particularmente os praças; mas também para apreender como legítima a participação de seus integrantes ou mesmo posicionamentos ocorram sem maiores constrangimentos, bem como na redefinição de seu papel enquanto ator político inserido em um estado democrático.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil: 1964 – 1984. Bauru: Edusc, 2005.

ARGOLO, José Amaral. A Direita Explosiva no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1996 e _____ e FORTUNATO, Luiz Alberto. Dos Quartéis à Espionagem: caminhos e desvios do poder militar. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.

ARRUDA, João Rodrigues. O Uso Político das Forças Armadas e outras questões militares. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil – 1961-1964. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CASTRO, Celso. O Espírito Militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

CARLONI, Karla Guilherme. Forças Armadas e democracia no Brasil: o 11 de Novembro de 1955. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CARVALHO, Apolônio. Vale a pena sonhar. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CARVALHO, Ferdinando de. Lembrai -vos de 35. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981;

CARDOSO, Raquel Motta. Depois do Golpe: as eleições de 1962 no Clube Militar. Dissertação apresentada ao curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008.

CHAGAS, Carlos. 113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente. Porto Alegre: L&PM Editores, 1979.

CHIRIO, Maud. A Política nos Quartéis: revoltas militares de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CONTREIRAS, Hélio. Militares: confissões. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré. Rio de Janeiro: Revan / Fapesp, 2002;

_____, CABRAL, Fátima. Entre Sabre e a Pena: Nelson Werneck Sodré. São Paulo: Editora Unesp/Fapesp, 2006.

_____. Militares e a Anistia no Brasil: um dueto desarmônico in . O que resta da Ditadura: a exceção brasileira. Edson Telles e Vladimir Safatle (Orgs.). São Paulo: Boitempo, 2010.

_____ Militares e Militância: uma relação dialeticamente conflituosa, 2013 (prelo.)

D'ARAÚJO, Maria Celina. Militares, Democracia e Desenvolvimento: Brasil e América do Sul. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

_____ ; CASTRO, Celso; SOARES, Gláucio Ary Dillon (ORGs.). 1964: Visões do Golpe. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____ A Repressão: os anos de chumbo. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

_____ A abertura: a volta aos quartéis. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES SOBRE OS PROCESSOS MILITARES, 2 Vol., Rio de Janeiro, 1953.

DUARTE, Antonio. Almirante Aragão: fragmentos de uma vida. Rio de Janeiro: Conseqüência, 2012.

DUARTE, Luiz Cláudio. A Produção do Pensamento Militar Brasileiro Contemporâneo pela Escola Superior de Guerra: 1989 – 2006. Tese apresentada ao curso de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2012.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. São Paulo: Ed. Ática, 1987.

GRAEL, Coronel Dickson M. À sombra da impunidade. Petrópolis: Vozes. 1985.

MACIEL, Wilma Antunes. Militares de Esquerda: formação, participação política e engajamento na luta armada (1961 - 1974). Tese de Doutorado apresentada ao Programa de pós-Graduação em História Social da FFCLCH/USP, 2009.

MARTINS FILHO, João Roberto. O Palácio e a Caserna: a dinâmica militar das crises políticas na ditadura (1964 – 1969). São Paulo: Edufscar, 1995.

MERCADANTE, Paulo. A consciência conservadora no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva / Fapesp, 2002.

MORAES, Dênis. A Esquerda e o Golpe de 64. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MORAES, João Quartim. A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____ A Esquerda Militar no Brasil II: da Coluna à Comuna. São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

NETO, Lira. Castello: a marcha para a ditadura. São Paulo: Contexto, 2004.

NOVA HISTÓRIA MILITAR BRASILEIRA/ Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrik Kraay. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

NUNES, Jônathas de Barros; WEYNE, Gastão Rúbio de Sá. 1964: O DNA da conspiração: o depoimento de dois oficiais do Exército que não aderiram ao golpe militar de 1964. São Paulo: Scortecci, 2012.

PARUKER, Paulo Eduardo Castello. Praças em Pé de Guerra: o movimento político dos subalternos no Brasil (1961-1964) e a revolta dos sargentos em Brasília. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2009.

PERFIL DOS ATINGIDOS. Mitra arquidiocesana de São Paulo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1987.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil – 1922 – 1935. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

PORTARIA nº 088-3ª SCH/EME, de 19 de setembro de 1991

SANTOS, Andréa Paula dos. À Esquerda das Forças Armadas Brasileiras: história oral de vida dos militares nacionalistas de esquerda. São Paulo: FFLCH/USP, 1998. (Dissertação de Mestrado em História Social).

SANTOS, Eduardo Heleno de Jesus. Extrema – Direita, Volver: memória, ideologia e política dos grupos formados por civis e militares da reserva. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós – graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2009.

SOARES, Samuel Alves. As Forças Armadas e o Sistema Político Brasileiro (1974-1999). São Paulo: Editora Unesp, 2006.

SODRÉ, Nelson Werneck. História Militar do Brasil. Rio de Janeiro: São Paulo: Ed. Civilização Brasileira/ Expressão Popular 1965, 2010.

_____. Memórias de um Soldado. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1967.

ROUQUIÉ, Alain (Cord). Os Partidos Militares no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Record, 1980.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. Revolucionários de 35: sonho e realidade. São Paulo: Companhia das Letras/Expressão Popular, 1992, 2007.

WAACK, William. Camaradas: a história secreta da revolução brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.